



ANO 14 Nº 5  
Maio de 2005

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## O PIB dos municípios brasileiros

Foi divulgado pelo IBGE, no início de maio, o Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros para o período 1999-02. Esta é a primeira vez que as estatísticas oficiais apresentam dados para a renda gerada em todos os municípios brasileiros. Tal iniciativa ganha peso ainda maior na medida em que esse trabalho foi elaborado em conjunto com os órgãos de estatísticas dos estados, utilizando-se uma metodologia unificada.

A característica que se sobressai na análise do PIB municipal é a sua elevada concentração em alguns poucos municípios. De um total de 5.560 municípios em 2002, os 10% maiores foram responsáveis por aproximadamente 80,0% do PIB nacional, enquanto os 10% menores detinham apenas 0,3 % daquele agregado. Destaca-se ainda que os 50% dos municípios com maior participação no PIB nacional representaram mais de 96,0% deste.

Foi na Região Sul do País que a atividade econômica esteve mais desconcentrada, com um coeficiente de Gini de 0,75 em 2002. A Região Sudeste aparece como a de maior concentração, com um coeficiente de 0,86, levemente acima da média nacional, de 0,84. Dentre os estados, Amazonas destaca-se como o de maior concentração na geração de renda, com um coeficiente de 0,90, seguido por São Paulo, com 0,83. Entre os estados com a renda melhor distribuída, estão Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com coeficientes de 0,61 e 0,67 respectivamente.

Outro aspecto que ganhou destaque foi a perda de posição de Porto Alegre, a qual ocupava a 7ª posição no ranking, em 1999, e caiu para a 10ª posição em 2002, sendo ultrapassada pelos Municípios de Duque de Caxias, Guarulhos e São José dos Campos. Apesar de esse ser um fato significativo,

convém destacar que Porto Alegre teve uma perda de apenas 0,15% de participação no PIB nacional. Bem mais significativas do que isso, foram as perdas das Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, as quais, apesar de terem se mantido como as duas primeiras do ranking nacional, tiveram quedas de participação de 1,15% e 0,88% respectivamente. O mesmo fenômeno ocorreu com Curitiba, que apresentou um declínio de participação de 0,28%. Pode-se verificar também que a participação total das capitais no PIB brasileiro apresentou uma significativa redução, caindo de 31,87% em 1999 para 29,54% em 2002. Tal tendência, no entanto, não deve causar surpresa em capitais que possuem uma participação relativa elevada do setor industrial na composição do seu PIB. É um fenômeno característico das grandes cidades, por seus problemas de infra-estrutura, tornarem-se lugares impróprios para a instalação e/ou manutenção de indústrias. Tais indústrias deslocam-se para outros municípios das respectivas regiões metropolitanas, levando junto diversos serviços.

Analisando-se o PIB *per capita* das capitais brasileiras, observa-se que Vitória aparece em primeiro lugar no ranking, com uma renda média de R\$ 22.269 em 2002, bem acima da média nacional de R\$ 7.631. Destaque ainda deve ser dado para as Cidades de Brasília e Manaus, que não apenas ficaram com a segunda e a terceira posição, mas também apresentaram, no período 1999-02, elevadas taxas de crescimento nesse agregado — de 49,3% e 43,7% respectivamente. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento do PIB *per capita* nacional foi de 32,2%. Finalmente, convém destacar a Cidade de Palmas, a qual praticamente dobrou o seu PIB *per capita*.

Participação das capitais no total do PIB nacional e renda *per capita* no Brasil — 1999-02

BRASIL E CAPITAIS	1999		2002	
	Participação no PIB (%)	Renda <i>Per Capita</i> (R\$)	Participação no PIB (%)	Renda <i>Per Capita</i> (R\$)
<b>BRASIL</b> .....	100,00	5,771	100,00	7,631
<b>Total das capitais</b> .....	31,87	7,771	29,54	9,474
São Paulo .....	11,56	10,824	10,41	13,139
Rio de Janeiro .....	5,55	9,26	4,67	10,537
Brasília .....	2,29	10,96	2,65	16,361
Manaus .....	1,33	9,42	1,51	13,535
Belo Horizonte .....	1,48	6,471	1,38	8,093
Curitiba .....	1,28	7,885	1,04	8,408
Porto Alegre .....	1,13	8,087	0,97	9,397
Recife .....	0,89	6,141	0,85	7,822
Salvador .....	0,99	3,967	0,82	4,309
Fortaleza .....	0,93	4,246	0,74	4,416
Demais .....	4,46	4,603	4,51	6,037

FONTE: IBGE.

André Contri (FEE/NCS)

## Desaquecimento na indústria de máquinas agrícolas

A queda da produção e das vendas internas de máquinas e implementos agrícolas no primeiro trimestre de 2005 demonstra um contexto de desaquecimento setorial em nível tanto nacional quanto regional. Além do efeito estatístico provocado pela elevada base de comparação (2004 foi um ano muito bom), confirmam-se os reflexos negativos da estigagem, que atingiu com mais rigor a Região Sul, da queda da cotação de algumas *commodities* no mercado internacional, em especial arroz e soja, e da valorização do real frente ao dólar, que afetaram a rentabilidade do produtor rural. Nem mesmo os recursos disponibilizados no âmbito do Moderfrota — programa criado para possibilitar a renovação da frota de máquinas agrícolas brasileira —, que tem alavancado o desempenho desse setor nos últimos anos, lograram reverter esse quadro. Ao final do primeiro trimestre, cerca de 30% dos recursos liberados pelo Governo para o atual ano-safra ainda não haviam sido contratados.

Os problemas enfrentados pelo setor crescem em importância no Rio Grande do Sul, tendo em vista a presença de um forte parque industrial fabricante de máquinas agrícolas, com empresas multinacionais de grande porte, expressivo volume de produção, exportação e emprego.

Indicadores de desempenho da indústria de máquinas e implementos agrícolas no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim. 2004-05

INDICADORES	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1º Trimestre		Δ% A/B	1º Trimestre		Δ% C/D
	2004 (A)	2005 (B)		2004 (C)	2005 (D)	
Produção (unidades) .....	14 678	12 439	-15,3	8 402	7 635	-9,1
Vendas internas (unidades) .....	7 823	5 460	-30,2	3 803	2 316	-39,1
Exportação (unidades) .....	6 334	7 515	18,6	4 537	5 728	26,3
Emprego (número de empregados) .....	11 937	13 377	12,1	-	-	-

FONTE: ANFAVEA.

NOTA: Refere-se a dados de tratores de rodas, colheitadeiras e cultivadores motorizados.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

## Ocupados em cargos de direção: atributos valorizados e antigas desigualdades

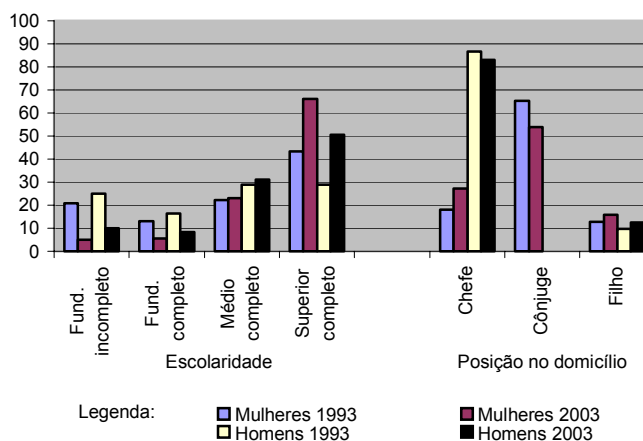
O perfil sociodemográfico dos indivíduos que ocupam cargos de direção na Região Metropolitana de Porto Alegre, embora tenha sofrido importantes transformações ao longo do período 1993-03, ficou imutável quanto ao atributo cor; isso é o que revela o exame dos dados da **Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)**.

A alteração no perfil foi marcada pelo aumento da proporção de indivíduos de ambos os sexos com curso superior e com idade de 40 anos e mais. Quanto à posição no domicílio, observou-se, entre os homens gestores, predominância dos que ocupavam a posição de chefe no domicílio, enquanto, entre as mulheres gestoras, a maior concentração era entre as que estavam na posição de cônjuge.

Todavia, ao longo da série, constatou-se um movimento inverso: incremento na proporcionalidade de mulheres gestoras que ocupavam posição de chefes no domicílio (de 18% para 27,1%) e redução na concentração de homens gestores que ocupavam a chefia no domicílio (de 86,7% para 83,1%).

Entretanto, quando o assunto é cor, a proporção de mulheres e de homens com cargos de direção permanece fortemente concentrada nos indivíduos de cor branca, mantendo-se em mais de 95%, na comparação de 2003 com 1993.

Distribuição percentual dos ocupados em cargos de direção, por sexo, segundo a escolaridade e a posição no domicílio, na RMPA — 1993 e 2003



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: A amostra não comporta desagregação para a categoria de homens cônjuges.

Elisabeth Kurtz Marques (FEE/PED)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta de Conjuntura FEE



## Exportações gaúchas no primeiro trimestre

No primeiro trimestre de 2005, o RS exportou US\$ 2,270 bilhões, com um aumento de 9,37% em relação a igual período de 2004 — percentual bem inferior ao das vendas externas do Brasil, que cresceram 25,72%. Mesmo assim, o RS ainda se manteve em terceiro lugar no *ranking* dos estados exportadores, à frente do Paraná e atrás de São Paulo e Minas Gerais.

O desempenho pior das exportações gaúchas deveu-se à queda nas vendas de produtos básicos, pois os industrializados registraram acréscimo. A principal causa da retração na comercialização dos básicos foi a estiagem do verão passado, prejudicando importantes produtos exportáveis do RS, como foi o caso da soja em grão, com um recuo de 94,68% nas suas vendas externas. Todos os derivados da soja tiveram sua comercialização externa prejudicada, com o farelo caindo 25,60%, e o óleo em bruto, 9,31%, este último afetando as vendas dos semimanufaturados.

Os calçados mantiveram-se no topo dos principais produtos exportados pelo RS, mesmo aumentando suas vendas em apenas 7,93%. Devido à valorização do real frente ao dólar, os mercados norte-americano e argentino para os sapatos gaúchos encolheram (-8,82% e -4,74% respectivamente), ao passo que as vendas para a União Européia apresentaram forte crescimento (55,08%), favorecidas pela desvalorização do dólar frente ao euro. Para a Itália, tradicional mercado exportador de calçados, as vendas de sapatos pelo Estado, no primeiro trimestre deste ano, aumentaram

415,98%. Mas a participação desse país nas exportações de calçados gaúchos ainda é pequena (apenas 3,33%), enquanto a dos EUA representou 52,30% do valor total das vendas externas de calçados pelo Estado.

Assim, as exportações de manufaturados pelo RS deveram-se principalmente ao aumento nas vendas de tratores e suas peças e carrocerias de ônibus. Já as colheitadeiras e as ceifeiras-debulhadoras registraram variação negativa no valor exportado, o que, em parte, pode ser explicado pela queda de suas vendas para a Argentina.

Como existe uma certa defasagem entre os contratos de exportação e o fechamento do câmbio, muitos produtos foram negociados com o dólar a R\$ 3,00, e, no momento do embarque, a cotação estava mais baixa, acarretando perdas para os exportadores, embora a sustentação da demanda mundial, até agora favorável, venha amenizando, em parte, esse problema na oferta. Também a diversificação de mercados e o repasse de custos que algumas empresas conseguiram realizar têm ajudado a suavizar os efeitos da apreciação do real frente ao dólar nas exportações. Mas é importante destacar que os destinos mais comuns (países desenvolvidos) não podem ser relegados, pois normalmente têm mais poder de compra e também são mais exigentes em termos de qualidade, o que pode servir de parâmetro comparativo na conquista de novos mercados. Quanto ao repasse de custos, este também tem um limite, já que pode ceder terreno para concorrentes de outros países.

Exportações, por fator agregado, do Rio Grande do Sul — jan.-mar. 2004-05

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAR/04		JAN-MAR/05		Δ% A/C
	Valor (US\$ 1 000) (A)	Participação no Total (%) (B)	Valor (US\$ 1 000) (C)	Participação no Total (%) (D)	
<b>Básicos</b> .....	658 125	31,70	532 258	23,44	-19,13
<b>Industrializados</b> .....	1 391 955	67,05	1 711 665	75,39	22,97
Semimanufaturados .....	250 064	12,05	274 156	12,08	9,63
Manufaturados .....	1 141 891	55,01	1 437 509	63,31	25,89
<b>Operações especiais</b> .....	25 765	1,24	26 515	1,17	2,91
<b>TOTAL</b> .....	2 075 845	100,00	2 270 438	100,00	9,37

FONTE: MDIC, SECEX, DEPLA/GEREST.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 16.05.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

**Conselho Editorial da Carta:** Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

### Editoração

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto.

### Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.